

## Opinião

### É tempo de atenção

Departamentos e serviços de água e esgotos davam aos poucos lugar a Empresas de Saneamento. Era o início do aparecimento das primeiras Companhias de Saneamento. Junto com o BNH, estas instituições construíram milhares de novos sistemas pelo Brasil. Surgiam então, empresas como a nossa, e em pouco tempo se tornavam respeitadas no país e exterior, no contexto do saneamento. Durante bom tempo estas empresas participaram no crescimento dos serviços de água e esgotos com eficiência, com tarifas compatíveis e admiração da Sociedade. Hoje essa mesma Sociedade contesta os nossos serviços, nossa eficiência, nossas tarifas.

Seria o modelo? Pode ser. Estaria o modelo desatualizado para os dias de hoje? Ofato é que as Empresas sofreram um desgaste ao longo do tempo e não apresentam hoje a mesma performance de outros tempos. Há de se fazer uma análise e muitos motivos podem ser apresentados como responsáveis e participantes do processo.

A extinção do BNH seria um deles? Claro que sim. Assim como a própria crise econômica, financeira, político-social que o país atravessa.

Existe um desgaste comum aos organismos influenciados pelos agentes externos, assim como às instituições com mudanças de comando a cada quatro anos ou menos, principalmente quando essas, na maioria das vezes, são acompanhadas de orientações políticas, às vezes profundas e contraditórias.

Sem desprezar os motivos e argumentos, é bom que se analise com isenção e se possível sem emoção o passado, o momento e o futuro.

Em questionamento o modelo. Na balança a Privatização, Municipalização, Terceirização e outros que independente de seus méritos e deméritos, deverão levar em conta o "homem", seu objetivo, sua determinação e liberdade de ação.

Privatização é moda. É um modelo que deverá ser aplaudido quando elimina uma pesada carga do Estado e permite competir no mercado alternativo. Não se pode esperar, no entanto, que seja um remédio para todos os males. Exemplos existem da ineficiência desse remédio. No nosso dia-a-dia, está o sistema bancário, os sistemas de transporte e o sistema educacional que não atendem nem em serviços nem em custos. Ou atendem?

Nos serviços de água existem sistemas altamente viáveis, mesmo com uma tarifa compatível com as condições econômicas da população. Isso porém, não é regra geral. Pelo contrário, são muitos os sistemas deficitários. Nos grandes centros urbanos, áreas carentes bem ou mal dotadas de serviços não pagam por estes serviços.

Sistemas deficitários são muitas vezes necessidades sociais que alguém terá que assegurar.

Existe uma série de indícios que os sistemas de água e de esgotos não são rentáveis, e se o são, a margem de lucro certamente não é suficiente para o capital investido. A não ser com um sistema tarifário com grande ônus por parte da população. Essa parte nós conhecemos, é o comércio, a indústria e classe média.

O processo de terceirização já está em andamento faz muito tempo.

Não há necessidade de citá-los. O que se deve é analisá-los sobre alguns aspectos fundamentais,

e que hoje não são sequer ensaiados. Há de se fazer estudos que permitam comparar custos e qualidade dos serviços feitos com o pessoal próprio ou de terceiros.

Há de se estabelecer que tipo de serviços são necessariamente executados com pessoal próprio e ainda estabelecer um programa que permita tercerizar, deslocando recursos materiais e humanos para outras atividades de modo a não se ter esses recursos ociosos, o que seria pagar duas vezes. Entre os serviços que já entregamos há algum tempo está o de leitura de contas. Valeu a pena?

Enquanto isso, coisa simples como o abastecimento de combustível à frota, continua sendo feito de forma prejudicial em tempo e custo, para não dizer do estado da própria frota, hoje ao abandono, enquanto o número de viaturas de terceiros aumenta consideravelmente.

Aí uma reflexão tem de ser feita e é importante que os colegas atentem para isso, pois utilizando-se na grande maioria dos casos da locação de recursos, a direção da empresa mascara tais processos, dizendo que está tercerizando. "Vale lembrar que terceirização requer planejamento estratégico e deve ser realizada dentro de um projeto global que busque flexibilidade, qualidade e alta produtividade. Resultado: Lucros".

A proximidade entre o problema e o poder de decisão confere à municipalização um atrante aliado. Aparentemente esta condição permite uma solução mais rápida e adequada às angustias das comunidades. Essa sentença porém não é lugar comum. São muitos os municípios que exploram serviços de água e de esgotos sem nenhum sucesso.

No nosso caso, o maior obstáculo estaria nos sistemas integrados. Haveria necessidade sobretudo de um dispositivo legal que permitisse a Empresa de produção cobrar dos municípios a água fornecida sem condições de inadimplência. Seria isto possível? Mundo afora existem exemplos que funcionam bem nos diversos modelos. São outros modelos, mas também outros povos. Não podemos ignorar que a sociedade está nos cobrando melhores serviços, melhor desempenho, custos mais baixos.

Existe todo um acervo, toda uma memória que devem ser frutos de preservação não para a história mas para a continuidade dos serviços. Nove milhões de habitantes são hoje abastecidos e cinco milhões são servidos por sistema de esgotamento, isto não acontece por acaso.

Não estamos contra as mudanças, mas que elas sejam feitas na melhoria da qualidade de vida da população e, principalmente dentro de critérios e procedimentos claros e adequados.

Sem isso, a atenção tem de ser redobrada, além do que a responsabilidade daqueles que detêm o poder decisório será questionada, com certeza.

À Diretoria

### "Técnicos discutem Saneamento e Meio Ambiente"

Mônica Torres

A ABES - RIO, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, deu início a um amplo processo de conscientização e mobilização política, para que seja feita uma lei que regulamente o setor de Saneamento no Estado, a começar pelo estabelecimento de critérios básicos para a elaboração de obras até a aplicação dos recursos.

Como representante da ASEAC, o Engenheiro Sidney Werneck dos Santos, Diretor Técnico, foi entrevistado para explicar melhor este trabalho político do setor, e informar aos associados sobre o que se tem discutido durante as reuniões. Participam ainda, entidades de órgãos públicos, sindicatos federações, e associações de moradores. ASEAC-Existe alguma Lei Estadual de Saneamento Básico e Meio Ambiente nos Estados?

Existe a Lei 7750 de 31 de março de 1992, no Estado de São Paulo. No Estado de Minas Gerais está sendo discutida há algum tempo. No Estado do Rio de Janeiro, a ABES-RIO, está promovendo reuniões com a finalidade de elaborar a Lei Estadual de Saneamento.

ASEAC - Quais os objetivos desta Lei?

Esta Lei deverá ter como objetivo, traçar diretrizes para planejar ações, obras e serviços na área de saneamento no Estado; assegurando com isto os benefícios da salubridade ambiental, promovendo a mobilização e integração dos recursos institucionais, tecnológicos, econômicos, administrativos e promovendo desenvolvimento da capacidade tecnológica, financeira e gerencial dos serviços de saneamento no Estado.

ASEAC - Quais são os órgãos interessados nesta lei?

Os órgãos ligados ao saneamento e meio ambiente como CEDAE, COMLURB, SERLA, FEEMA, Prefeitura, Associações, Federações, diversos outros órgãos e por fim a sociedade.

ASEAC - Está havendo participação destes órgãos?

Sim, a cada reunião temos um número maior de participantes, que inclusive aumenta o número de órgãos. As nossas reuniões estão despertando um interesse muito grande.

ASEAC - Quando será a próxima reunião? Qualquer pessoa pode participar?

Qualquer pessoa pode e deve participar diretamente ou enviando suas sugestões para a ASEAC ou ABES-RIO.

Nós solicitamos aos nossos associados, com as suas experiências procurem participar trazendo sugestões pois esta é a oportunidade de fazermos a coisa mais importante pela salubridade ambiental em nosso Estado.

A nossa próxima reunião acontecerá na ABES no dia 04/05/93 - às 18:00 horas.

ASEAC discute Cólera

Pág 2

ASEAC vai ao Interior

Pág 3

Visita ao Guandu

Pág 5

# "Técnicos comparecem em massa no auditório Otávio Kelly"

Mônica Torres

No dia 30 de março, a ASEAC reuniu no auditório Otávio Kelly, participantes de várias instituições governamentais como Fiocruz e Laboratório Noel Nutels, para discutir sobre o combate e cuidados com a Cólera. Participaram da Mesa Redonda, como moderador, o colega Aloísio Clóvis dos Reis; o Engenheiro Carlos Audi Torres de Almeida, Representante da Cedae nas comissões de combate ao Cólera, o Médico-pesquisador Carlos Alberto Sales, da Fiocruz; o Médico Marcos Fonseca, da comissão municipal de combate ao Cólera, o Biólogo Oscar Berro, Diretor do Laboratório Noel Nutels; e ainda o Presidente da Cedae, Hildebrando de Góes, entre outros. O Presidente da ASEAC deu início à reunião enfatizando a participação dos associados como fator imprescindível à qualidade do evento.

O Dr. Carlos Alberto Sales, da Fiocruz, expôs seus conhecimentos e trabalhos de pesquisa sobre a Cólera. Falou ainda sobre o aparecimento da doença em seus primórdios e das várias visões de estudiosos. Ele ressaltou a presença de vários tipos de água, como o tipo Snow, Koch, Bangladesh, dentre outros, que podem ser consultados no livro "Você em tempo de Cólera", do pesquisador, que doou um exemplar à ASEAC para ser incluído ao acervo de nossa biblioteca.

Prevendo a chegada da Cólera ao Brasil, escreveu o livro, onde uma das teses centrais aborda a importância da água abundante, de fácil acesso e razoável qualidade como a melhor, mais barata e talvez, a única maneira prática de reduzir o impacto da epidemia. "Lamento que não se tenha investido prioritariamente na melhoria e expansão da nossa rede de água, especialmente para as populações de alto risco, como as favelas no alto dos morros, as palafitas da baía de Guanabara e a Baixada Fluminense. O custo da obra seria amplamente compensado pela economia em trabalhos de saúde pública, tratamento de doentes e em vidas perdidas". Diz ainda que a sabedoria convencional leva a concentrar todas as atenções no esgoto, mas como seu tratamento é de implantação lenta e cara, acaba-se caindo no imobilismo.

O Presidente da Cedae, falou da satisfação pessoal em relação à qualidade do quadro técnico da empresa e da preocupação da ASEAC no seu aprimoramento. Disse não ter a menor dúvida de que a grande mantenedora do espírito da Cedae é o seu quadro técnico. "Eu acho que este quadro técnico da Cedae tem um valor extraordinário dentro da empresa, e tem conseguido mantê-la à mercê de tantas necessidades que ela tem passado como de resto tem passado todo o país". Em relação à Cólera, disse: "... inclusive no ano passado, em 92, eu recordei que todos diziam que a Cólera ia se disseminar de uma forma quase que indiscriminada e que ia ser uma epidemia terrível dentro do Estado, e graças à disposição e dedicação da nossa equipe, comandada pelo Carlos Audi, conseguimos inclusive coibir esse avanço e a Cólera desapareceu. Esse surto é um surto um pouco maior, mas assim mesmo, ele não está tendo a

proporção que está sendo divulgada ou o que se previa, graças à ação da Cedae."

De acordo com o Diretor do Laboratório Noel Nutels, Dr. Oscar Berro, são coletadas de 300 a 400 amostras de fezes por dia. Com um valor de 300 a 400 mil cruzeiros por exame, o gasto diário do laboratório é de 160 milhões de cruzeiros. Quanta coisa bastante significativa para ser gasta com uma doença que já "desapareceu". Tão logo seja confirmado o caso laboratorialmente, a Cedae, Feema, Defesa Civil, Secretaria Municipal e Estadual fazem um "Cinturão Sanitário" na área afetada.

Até o dia 30 de março, haviam 114 casos confirmados de Cólera no Estado do Rio de Janeiro, sendo 2 no município de Niterói e 1 no do R.J. Do número total dos casos, 5 foram vindos de fora. "Em abril, num sistema definitivo, não só para a Cólera mas para qualquer doença, vai existir uma unidade de vigilância epidemiológica sanitária montada dentro da Rodoviária Novo Rio com unidade física fixa", argumenta Oscar Berro.



Os associados lotam o auditório.

O Laboratório Noel Nutels desenvolve trabalhos de controle de qualidade dos produtos comercializados no varejo e na rede pública, atuando não só com denúncias, mas com programas específicos. O Diretor do Laboratório informou que um novo escândalo ocorrerá com os medicamentos usados para o controle da doença.

O médico Marcos Fonseca, da Comissão municipal de combate ao Cólera, adverte que este problema tem origem social. O resto de frutas e legumes da Ceasa serve, em grande número, de alimento para comunidades carentes. Outra fonte de contaminação que decorre do problema social é a produção de sacolés, que chega a sustentar algumas famílias como fonte de renda. "Preconizamos a higiene pessoal e cuidados com a alimentação. Não estamos com orientação de parar de comer verduras, legumes e peixes, assim vai ficar extremamente difícil de se viver", avalia Dr. Marcos Fonseca. Ele solicita ainda que qualquer pessoa notifique ao Centro de Saúde mais próximo sobre algum caso de diarreia no bairro, mesmo que a causa não seja a Cólera, porque cabe ao município, comunicar aos outros órgãos, a ocorrência de casos de Cólera em determinada região.

Segundo o representante da Cedae nas comissões de combate ao Cólera, Carlos Audi, o governo do Estado, em reunião com o próprio



O presidente da ASEAC, dá início ao debate

Ministro da Saúde, solicitou a priorização de obras de médio e curto prazo que pudessem sanear ou melhorar as condições de saneamento dos locais já afetados. O total da quantia a ser gasta nestas obras emergenciais chega a 1,15 trilhões de cruzeiros.

A Cedae vem mantendo o nível de aplicação de cloro na água e esgoto quando necessário, fazendo ainda, estações compactas de esgoto nos hospitais para evitar a proliferação da doença. "Existem dificuldades para se evitar Cólera em todo sistema operacional, e a gente não tem como evitar. São coisas que precisam ser combatidas por nós, pela ASEAC, pela empresa que se mostra também acessível. Vamos ver se conseguimos melhorar esta situação que não tem sido nada boa", conclui Carlos Audi.

Para finalizar o encontro, os participantes responderam às perguntas dos técnicos presentes. Uma indagação bastante interessante foi feita em relação ao número de infectos na Baixada Fluminense ser muito pequeno. A resposta foi dada pelo Biólogo Oscar Berro. Ele informou que estes dados são divulgados a partir da confirmação laboratorial, mas quem encaminha os exames são as secretarias Municipais de Saúde. Se estas não forem informadas de que há um caso de diarreia em determinado local, é quase impossível detectar este doente.

Foi então, feita outra pergunta, que colocava a possibilidade do governo ir até os morros, Baixada Fluminense e comunidades carentes. O Biólogo disse que o governo não tem que tomar uma posição paternalista, principalmente num momento de crescente fase epidemiológica. Vale a pena refletir sobre estas questões debatidas.

Esta iniciativa da Associação, que há muito poderia ter sido tomada pela Cedae, reuniu um número bastante significativo de técnicos da empresa que saíram do auditório satisfeitos com o nível dos palestrantes e das dúvidas colocadas por companheiros de trabalho.

A nossa sensação foi de que além do importante resultado, a ASEAC conseguiu reunir um grande número de colegas para tratar de assuntos técnicos, o que já não é tão comum, como conseguíamos há tempos atrás.

O brilhantismo da reunião se deve também ao empenho dos diretores Emy Guimarães e Helio Cunha, na presença dos técnicos da Diretoria de Operação e de Projetos. Pena que só estes diretores participaram.

**JORNAL DA ASEAC** - Associação dos Empregados de Nível Superior da CEDAE - Rua Sacadura Cabral, nº 120, Salas 601,602 e 607. - Fones: 263-6240 e 296-0025 - Ramal 102 - TELEFAX: 253-7482 - **Diretoria** - Presidente - Renato Lima do Espírito Santo - Vice-Pres. - Elycio Américo Moreira da Fonseca - Dir. Fin. - Flávio José Soares de Moura - Dir. Com. - Jaime Dutra Noronha - Dir. Téc. - Sidney Werneck dos Santos - Dir. Soc. - Ivan Augusto Gonçalves - Dir. Adj. - Paulo Aníbal Uzeda de Oliveira - Conselho Diretor - Walter Firmo de Rocha Filho - Maria Angélica Allemand - Dirceu Soares Marinho Filho - Dilcio Cassiano de Souza - Luiz Sebastião A. do Nascimento - Joper P. do Espírito Santo - Jorge Rodrigues Leitão - Emy Guimarães de Lemos - Aloísio Clóvis dos Reis - José Yochiny Arakaki - Luciano Amaral de Queiróz - José Eduardo A. do Amarante - João Carlos de Rêgo Pinto e Paulo R. Cruz Soares - Conselho Editorial - Aloísio Clóvis dos Reis - Gil Moreira - Ida Menescal Lustosa - Maria Sueli C. M. Fontenelli - Prog. Visual e Prod. Gráfica - W. Freitas - Fone: 552-6383.

## ASEAC em Teresópolis

A ASEAC, iniciando um programa de contato direto com todos os associados, nos diversos locais, foi até Teresópolis no dia 15 deste mês para saber das propostas dos associados, tentando fazer uma amostra do que a ASEAC tem feito neste período e esperar uma contrapartida com discussões, idéias e opiniões.

O Superintendente de Teresópolis, Jorge Haddad, achou importante o objetivo de estreitar o relacionamento da ASEAC com profissionais de nível superior - agrupados no Interior. "Até pela própria distância, nós não temos disponibilidade de participar das reuniões, então, quando a informação chega, nós estamos sempre defasados".

O Presidente da ASEAC, Renato do Espírito Santo, concordou com a colocação do Superintendente, mas advertiu que hoje, com os meios de comunicação, a distância se encurta facilmente. "Lá embaixo, mesmo próximos, nós sentimos a falta de uma participação maior dos colegas nos problemas que a gente tem vivido. Daí surgiu a idéia de ir ao encontro destes problemas, das expectativas e de uma participação mais estreita.

A Diretoria da ASEAC forneceu algumas informações sobre os trabalhos que a Associação vem desempenhando, tais como os cortes feitos pelo Diretor Financeiro Flávio Soares de Moura, no início da atual gestão.

**DIRETORIA FINANCEIRA** - A mensalidade teve um aumento de 0,5% para 1% do salário-base, aprovado em Assembleia de Abril/92 (na gestão anterior) e aplicado a partir de Julho/92 (pela nova administração) sem retroatividade. Algumas dívidas foram renegociadas. Foi adotado um Demonstrativo Financeiro, que trouxe mais transparência e facilitou o acompanhamento dos gastos mensais da ASEAC pelos seus sócios. Na oportunidade, foi distribuído a todos os presentes, o Demonstrativo Financeiro do mês de Março/93.

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO** - Informou sobre a composição do Conselho Editorial, composto pelos colegas Aloísio Clóvis dos Reis, Ida Menescal Lustosa, Flávio Soares



Após a reunião um momento de descontração

de Moura, Gil Moreira e Sueli Fontenelle.

Participou aos presentes da iniciativa de retomar a edição do S&M, inclusive porque a ASEAC paga direitos sobre a marca, além de ser uma publicação conhecida no Brasil inteiro. "Foi por fim, solicitado a todos uma maior participação no nosso Jornal.

**DIRETORIA ADJUNTA** - Representada pelo advogado Paulo Anibal Uzeda, que embora fora dos estatutos, teve dedicado atenção especial aos aspectos jurídicos que afetam a Associação. Ele informou ao Interior a existência de algumas ações em curso, a primeira relacionada à multa dos Engenheiros, e a ação do Teto, que de acordo com as informações do Dr. Uzeda, é aplicada de forma incorreta pela Cedae, disse ainda sobre o caso Conde Caldas.

### INTERIOR QUESTIONA IRREGULARIDADES

Durante a reunião, os funcionários do Interior comentavam que a empresa está passando por problemas financeiros. No almoxarifado central, por exemplo, sempre falta material, não se encontra à disposição nem mesmo 1

saco de cimento. Alguns associados chegaram a questionar a possibilidade da implantação da autogestão na Cedae. Foram dados inclusive, exemplos de alguns Estados em que as Empresas conseguiram "sair do buraco" em quase 180 dias. Fizeram reclamações sobre alguns diretores que não tem o menor compromisso com a empresa, muitas vezes são profissionais de outras áreas com bagagem profissional desconhecida.

Outro questionamento foi em relação à cobrança da tarifa da Cedae no Interior. Em Teresópolis, é cobrada a mesma tarifa do Rio de Janeiro, que é abastecida pelo Guandu, que tem água bruta de qualidade inferior e exige um tratamento rigorosíssimo para se chegar ao padrão necessário.

### PEDIDOS À ASEAC

- Criação de 1 representante do Interior nas reuniões da ASEAC
- Preparar eventos no Interior, como palestra sobre a Cólera
- Discutir as responsabilidades pela entrega do patrimônio da Empresa - "Municipalização"
- Questionar o processo de municipalização, privatização, autogestão, apurar dívidas e empréstimos.
- Solucionar o problema do valor correto do FGTS e tentar diminuir o número excessivo de contas em bancos distintos.

### A VOZ DE TERESÓPOLIS

A ASEAC perguntou a alguns associados o que eles pensavam sobre a Associação e como era vista a questão da municipalização de Areal e Corrêas.

**CLAUDE DUPRÊ:** Pela reunião que tivemos aqui, estamos notando um movimento forte, que também depende da ajuda dos associados. O futuro da Empresa nos preocupa muito, até hoje não temos o orçamento disponível para trabalhar. Quanto à municipalização, eu teria que ter elementos, não sei se este seria o melhor caminho para a Cedae. A Prefeitura Municipal de Teresópolis praticamente faliu com a Saúde Pública e isso traz receio de que possa vir a acontecer com o saneamento local, caso a Cedae passasse esse serviço aos órgãos municipais.

*Continua*



**IEDA GRILO:** Essa proposta que está surgindo hoje de se fazer visitas ao Interior é muito boa, ter um representante do Interior é muito bom para que haja um canal mais ativo. Em relação à municipalização, Ieda comentou: "Eu não discuto a questão da Cedae devolver ao município uma Estação de Tratamento quando acaba o convênio, mas nós tivemos um investimento muito grande em Areal, por exemplo. A Cedae ainda está pagando por aquele sistema. A gente perdeu um patrimônio e não foi ressarcido. A de Corrêas eu participei da Comissão e realmente a gente tentou fazer algo, mas a imposição política é que determina a transferência. Tem muitas Estações que nos dão prejuízo, mas acho que não é só o problema do custo, pois o saneamento é uma atividade

social, nós temos que ver também o lado do patrimônio da Empresa. Tem tanta coisa implicada nisso que acho que esse assunto deve ser amplamente discutido".

**SAMIR NASSER:** A ASEAC está num momento de buscar contato com os funcionários nas várias Superintendências, em todas as áreas para ouvir, debater e tirar idéias deste painel, visando a modernização da Cedae. Existe entre os servidores uma idéia de que a Cedae seria muito pródiga em fazer empréstimos ao governo do Estado. Nós não temos certeza se esses empréstimos são feitos, mas acho que a ASEAC poderia tentar esclarecer isso. A outra questão é sobre municipalização dos serviços. Acho que o primeiro ponto a ser levado pela Associação é saber quanto custou à Cedae o

serviço que foi passado para determinado município, fazer um levantamento e saber quanto a Cedae pretende se ressarcir com a despesa do equipamento e abastecimento de água, para que quando outros municípios tiverem o interesse de reassumir os sistemas de água e esgoto, a Cedae já tenha uma política empresarial moderna, atualizada para enfrentar esse problema, e não apenas com a questão meramente política como muitas vezes pode ser interpretada.

Pelo resultado e pelas avaliações feitas ao término da reunião, a Diretoria ratificou seu intuito de levar a todos os cantos a possibilidade de discutir questões relacionadas à Cedae e à classe de nível universitário.

## Cedae permanece em silêncio

A ASEAC considera encerrada a questão da defesa de seus associados em relação às denúncias infundadas do Vice-Presidente do Sinduscon, Sr. José Conde Caldas. Acredita ainda que a Cedae deveria se pronunciar para a imprensa, colocando assim a imagem da empresa e dos funcionários acima de qualquer suspeita. Divulgamos o resumo de todo processo sucedido:

### SÍNTESE DO MAL-ENTENDIDO

#### 21 de janeiro

Empresários da Construção Civil denunciam irregularidades na liberação de DPAs para empreendimentos e pedem acesso aos projetos e planos de expansão da Empresa.

#### 22 de janeiro

Os jornais "O Globo" e "do Comércio" publicam matéria denunciando extorsão praticada por funcionários da Cedae (declaração do Vice-Presidente do Sinduscon Rio, Sr. José Conde Caldas).

#### 25 de janeiro

ASEAC interpela extrajudicialmente o Vice-Presidente do Sinduscon.

#### 8 de fevereiro

Representantes da Comissão de Relacionamento com Concessionárias enviam carta ao Presidente da Cedae, encaminhando um resumo das dificuldades em relação ao abastecimento de água e esgoto.

#### 11 de março

O Sr. Conde Caldas envia carta à ASEAC informando que não acusara de forma alguma os funcionários da empresa.

#### 19 de março

ASEAC envia carta aos jornais "do Comércio" e "O Globo" pedindo direito de resposta, de acordo com a Lei de Imprensa, e solicitou ao Pres. da Cedae que publicasse a carta do Conde Caldas no "Jornal da Cedae".

#### 27 de março

O Jornal "O Globo" publica título: "EMPRESÁRIO NEGA ACUSAÇÃO POR ELE FEITA CONTRA A CEDAE".

Deduz-se que de todas as partes envolvidas no fato, infelizmente, apenas a Cedae não se manifestou; por outro lado, a ASEAC, após as providências tomadas, termina sua participação neste infeliz episódio. A seguir reproduzimos a carta enviada pela ASEAC ao Presidente da Cedae:

Rio de Janeiro, 19 de março de 1993

Ofício nº 10/93 - ASEAC

Sr. Presidente

*Acusamos o recebimento da carta nº 19/DETEC/93 do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro - SINDUSCON (cuja cópia anexamos a presente), referente a resposta à interpelação extrajudicial promovida pela ASEAC contra o SINDUSCON, face às matérias veiculadas pelo "O GLOBO" e "JORNAL DO COMÉRCIO" de 22/01/93.*

*Como V.Sa. poderá observar no conteúdo da citada carta, está clara a dificuldade na relação entre os construtores e a CEDAE, sendo essa, sem dúvida, a principal razão da interpretação dada pelos dois jornais citados, às palavras do Vice-Presidente do SINDUSCON, Sr. José Conde Caldas.*

*Assim, Sr. Presidente, entendemos que é grande a responsabilidade da CEDAE no fato ocorrido, muito embora não tenha havido nenhuma manifestação por parte da Empresa até o momento.*

*Por esta razão, solicitamos de V. Sa., providências no sentido de publicar no JORNAL DA CEDAE, a presente carta, bem como permitimo-nos recomendar que V.Sa. interceda junto ao "O GLOBO" e "JORNAL DO COMÉRCIO" com vistas à reprodução da missiva assinada pelo Sr. José Conde Caldas.*

*Temos sentido, pelo contato direto com nossos associados, que tais medidas serão, com certeza, salutaras, bem como diminuirão as sequelas criadas com as publicações iniciais.*

*Sem outro particular para o momento*

*Firmamo-nos*

*Atenciosamente*

*Renato Lima do Espírito Santo*

*Presidente da ASEAC*

# Visita ao Guandu

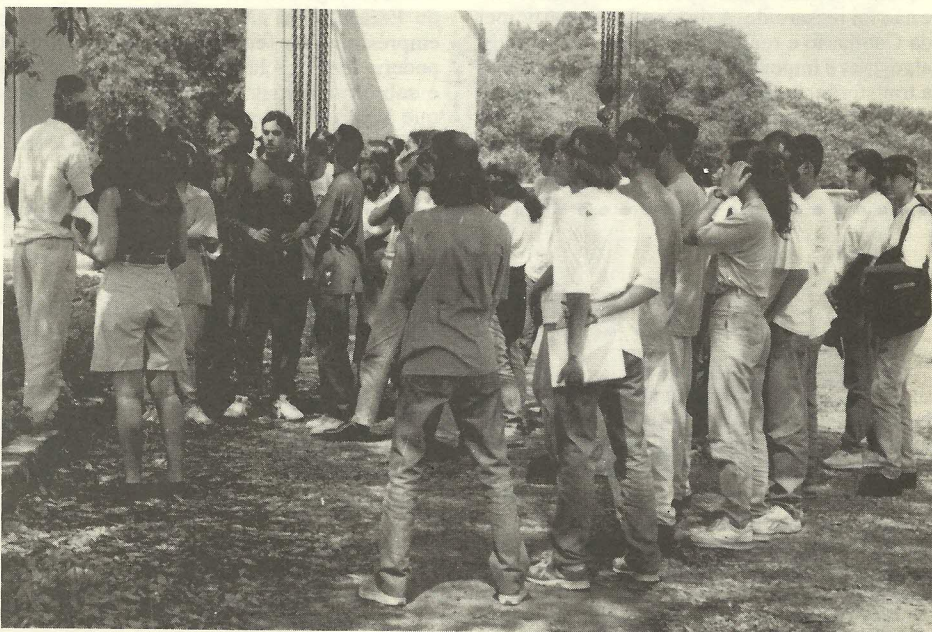
## "Conhecer é valorizar".

Mônica Torres

Em convênio firmado no dia 21 de agosto de 1991, a ASEAC, ABES e CEDAE desenvolveram o Projeto Memória da Cedae, que inclui entre outros eventos, os Programas de Visitas Educacionais às instalações técnicas da Cedae, inicialmente à Estação de Tratamento de Água do Guandu. As visitas são feitas em caravanas integradas por pessoas de diversos segmentos da sociedade, principalmente estudantes e membros de comunidades carentes, com o objetivo de prestar serviço sócio-comunitário contínuo e de utilidade pública.

O desenvolvimento deste trabalho permanente de educação sanitária e ambiental, voltado à população, contribui na prevenção de doenças veiculadas pelos meios hídricos e na redução do desperdício, mediante a conscientização dos usuários para a importância dos serviços prestados pela empresa. O projeto busca também a preservação e divulgação da memória da Cedae, informando aos cidadãos a necessidade dos serviços de saneamento básico, como fator para a manutenção de bons níveis de saúde, ampliando seus conhecimentos sobre a questão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Estado, prestando desta forma, um serviço de inestimável valor social e cultural.

A Estação de Tratamento de Água do Guandu, localizada na antiga estrada Rio-São Paulo, em Seropédica, utiliza as águas



"Seu Toninho" dá explicações técnicas sobre o tratamento.

do Guandu, resultado do efluente da Usina de Santa Cecília, que bombeia as águas do rio Paraíba do Sul para geração de energia elétrica. Foi inaugurada em 1955, e produz hoje, 40 mil litros por segundo, aproximadamente o triplo da capacidade inicial.

### ALUNOS VALORIZAM O PASSEIO

Como parceiros da Cedae neste Programa, fomos conferir esse trabalho com os alunos do 2º grau do Colégio Zaccarias. Eles ficaram ficaram surpresos

com o padrão de qualidade da empresa.

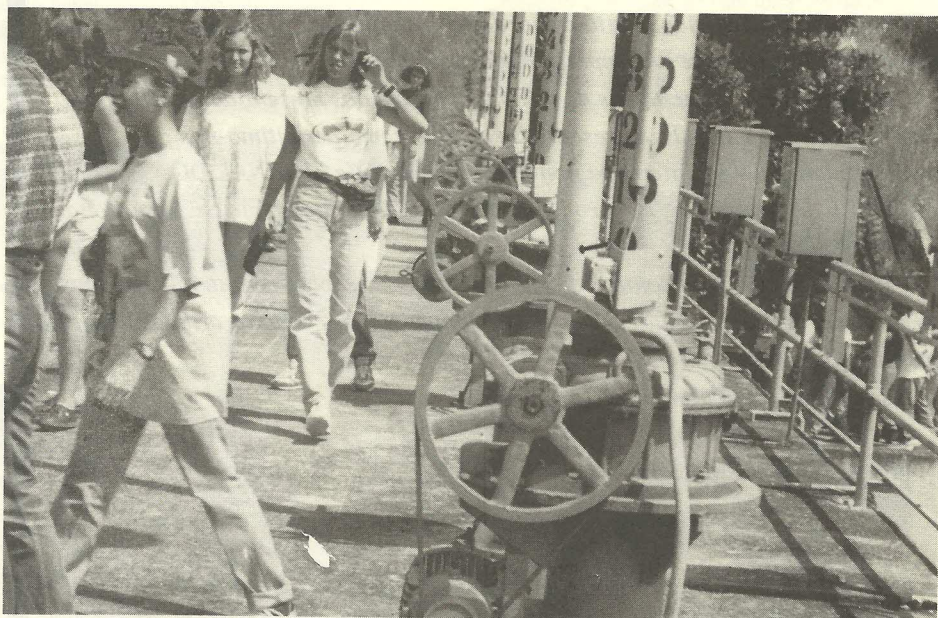
Os estudantes tiveram orientação da recepcionista Juliana de como deviam se comportar durante o passeio e cuidados a serem tomados em locais de perigo.

Ao chegar no Guandu, os alunos tinham à sua espera o Sr. Antonio, aliás Toninho, como prefere, que os guiou em todo o percurso da Estação, a começar pelo auditório onde demonstrou através de um grande painel eletrônico, todo o processo de Tratamento. Ele disse ainda que começou a trabalhar no Guandu antes de Pedro Alvarez Cabral ter descoberto o Brasil, o que causou uma extensa gargalhada da "galera".

Seu Toninho explicou todo o mecanismo do Tratamento de Água, levou os alunos desde a barragem localizada na entrada do sistema de captação de água bruta, caminhando pelos decantadores até chegar ao laboratório, onde são feitas análises da água em todas as etapas do Tratamento.

Como já foi dito, este Programa é desenvolvido pela Cedae, mais precisamente pela Superintendência de Desenvolvimento de R.H. e viabilizado pela ASEAC, através de repasses financeiros pelo Convênio do Espaço Memória de Saneamento.

Pelos bons resultados alcançados, esta parceria deve ser mantida e fortalecida dando sustentação a este Programa e ao Programa do Coral da Cedae.



# Opinião do Leitor

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1993

Sr. Presidente da ASEAC

Por solicitação de V. Sa. concedi à jornalista Mônica Torres uma entrevista na qual procurei identificar as responsabilidades dos órgãos públicos envolvidos na operação e manutenção dos sistemas e monitoragem da Lagoa Rodrigues de Freitas. Na ocasião expressei minha opinião pessoal sobre a questão, procurando justificá-la. Opinião esta centrada na crença de que à CEDAE deve se restringir a impedir o lançamento de esgotos sanitários àquele corpo d'água, evitando - por não ser de sua responsabilidade ou atribuição - se envolver com demais aspectos do problema. E a isto, fundamentalmente, se restringiu minha contribuição à entrevista.

No Jornal da ASEAC de 5 de março passado li com surpresa a matéria "Administração Caótica Mata os Peixes da Lagoa Rodrigues de Freitas". Na qual a autora, indevidamente me arrola como tendo contribuído para aquele inconcebível atentado à realidade dos fatos e ao idioma.

Que a matéria tenha sido redigida em português de quinta categoria apenas me incomodou. Afinal, não me agrada ver publicado no Jornal da ASEAC uma matéria com nível de redação ginásial - se bem que com isso talvez esteja sendo injusto com alguns ginásianos. Mas responsabilidade de manter o nível e qualidade do jornal não é minha, e nada posso fazer além de lamentar.

Mas algumas das afirmativas que ali são feitas, além de me incomodarem, me causaram profunda indignação. Principalmente por dar a entender que sou por elas co-responsável. E jamais assumiria a responsabilidade por sandices do quilate de "comportas do Jardim de Alah e Piraquê foram dragadas" ou taxa de mortandade.

Mas minha indignação não se deve apenas ao uso de linguagem técnica imprópria. Pior que isso, da forma como foi redigida, a matéria - que aparentemente não passa de uma pífia compilação de textos publicados anteriormente pela revista Veja e pelo Jornal do Brasil - deixa entrever que concordo com opiniões ali expressas, já que consta que contribuí para ela. Não pretendo com esta transformar-me em arauto na defesa de quaisquer governos ou administrações, já que não tenho nem pretendo ter preocupação para tal, creio ser oportuno e justo declarar enfaticamente que não apenas discordo veementemente da forma que a matéria foi escrita, como também de seu conteúdo particularmente de suas conclusões.

Desta forma, ficaria extremamente grato ao Sr. Presidente caso mandasse publicar esta carta no Jornal da ASEAC com o objetivo de expressar meu descontentamento e lavrar meu protesto por ter sido arrolado como contribuinte a uma matéria que, além de passar ao largo das opiniões que efetivamente expressei sobre a questão, emite outras com as quais não comungo. E deixar claro que além de não concordar com teor em que foi vazada, a considero pouco oportuna e de péssima qualidade.

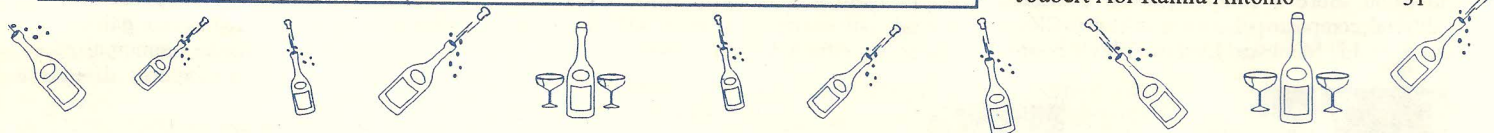
Cordialmente:

**Orlando Eulalio Machado**

# Aniversários

MÊS DE MAIO

Joel Longuinhos Nunes	01
Maria Christina Piragibe	01
Augusto Cesar P. da Costa	01
Solange Souza Moreira	02
Antonio Alberto de L. Pimentel	04
Arlindo Pereira Medeiros	04
Roberto Gomes de Oliveira	05
Fernando Dias	05
Antonio Fernando C. Matta	05
Marcos Robert Beveridge	05
Ruy Fernando Santianna	06
Paulo Roberto Cruz Soares	07
Nely A. de Figueiredo Souza	07
Carlos Eduardo Pinto Silva	09
Dyrceu Soares Marinho Filho	10
Hugo Protogenes G. Filho	10
Marcia de Castro Martinez	10
Joper P. do Espírito Santo	12
Joaquim Lobo Leite Pereira	15
Jaime Teixeira Azulay	15
Luiz Claudio C. de Carvalho	15
Cid Curi	16
Nilton Bernardo Soares	16
Rogério Teixeira dos Santos	16
Paulo Ferandes Ramos	20
Ubiratan de Gusmão C. Lima	21
Luis Carlos Gomes Vieira	21
Thelio Bogado Junior	22
Ronei Longuinhos Nunes	22
Milton Nunes Moreira	22
Antonio Luiz Alves Maia	23
Carlos Alberto Cascão Filho	23
Celso de Melo Rocha	23
Elysio Americo M. da Fonseca	24
Elson Oliveira Tavares	24
Jose Alfredo F. da Rocha	24
João Benedito Lorenzon Mello	25
Jose Yochimy Arakaki	25
Antonio Turano	27
Lucio de Souza Fonseca	28
João Carlos Latorraca	29
Cilmar Dias Werneck	29
Manoel Thomaz de Andrade	30
Joubert Abi-Ramia Antonio	31



**IMPRESSO**